

# O ESPECTRO

*Admonet in somnis et turbida terret imago.*  
Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

Lisboa, 3 de janeiro

Continua o marasmo. Esta sociedade outr'ora cheia de vida, esta capital florescente aonde se reunia o precioso da nação, este centro dos prazeres, o coração do paiz, esta outra Palmira! A alegria dos dominadores é uma alegria feroz: o jubilo é raiva, é desesperação. O acto mais indifferente dos vencidos irrita-os; tudo lhes parece hostilidade, tudo se lhes figura conspiração.

Decretos sobre decretos, penas sobre penas—nada val tudo isso. O governo legisla ou para insurgidos ou para defunctos. Aquelles mofam das disposições irritantes, estes não sentem os seus malefícios

Que importa que uma legislação barbara e estúpida mande que um papel depreciado se recêba por determinado valor? Não sabem que essa disposição só pode ter por effeito immediato levantar o preço dos generos? De que servem todas essas comminações? Quem poude jámais determinar o valor das mercadorias? Porque não estendem a providencia a todos os effeitos negociaveis? Porque não decretam que os titulos azues de 4 e 5 subam ao par? Tinhamos assim uma nação rica!

E isto não era novo na nossa historia. Costa Cabral decretou o credito; Sousa Azevedo devia decretar a riqueza.

Para decretar a paz tivemos a conspiração de 6 de outubro, e essa paz vimos nós o que ella foi. O coração magoado da rainha que manda fuzilar os seus subditos, que lhes confisca os bens, que lhes sequestra os jurados, que lhes suspende a carta, que proclama os inaufereveis é um coração verdadeiramente maternal!

Que lucrámos nós em tantos combates?

D. Miguel atulhou as prisões; sua sobrinha atulha as prisões e as presigangas.

D. Miguel enforcou; sua sobrinha fuzila.

D. Miguel aniquilou a representação nacional: sua sobrinha fez o mesmo.

D. Miguel accendeu a guerra civil; sua sobrinha tambem.

D. Miguel creou alçadas; sua sobrinha creou juizos de commissão, que significam alguma cousa de peor.

A comparação se é favoravel para algum é para D. Miguel.

D. Miguel foi prejuuro como a sobrinha—jurou a carta para a rasgar, acceitou a mão d'ella para a repudiar. Mas, abstrahindo d'esta consideração, D. Miguel não foi ingrato.

Enforcou sim mas os seus inimigos: sua sobrinha fuzila e enforca os que a collocaram no seu throno.

D. Miguel não foi aclamado por nós:—não nos custou muitos milhões de libras, não derramámos por elle uma só gota de sangue. Fomos seus inimigos! Na perseguição que soffremos houve tyrannia porque a nossa causa era a da liberdade, mas não houve ingratidão.

A rainha era uma pobre aventureira, Entrou no paiz alçada sobre as nossas armas. Trouxemo-lo como nossa bandeira. O throno constitucional foi o que triumphou, não foi a sua pessoa.

Como é que nos paga essa rainha? Se quer um sceptro de ferro restitua-nos o preço porque comprámos o seu que era o da justiça.

E nós somos constitucionaes—entendemos as theorias e as praticas d'esse governo—sabemos que o rei é irresponsavel e sagrado.

Mas n'esse governo o rei não governa, não faz programmas; os ministros é que os fazem. E em 6 de outubro, e depois d'essa época, a praxe mudou:—os ministros somem-se, e o rei apparece.

Já o *Jornal dos Debates* notou na sua folha de 31 de outubro passado que o nome da rainha intervinha sempre nas reflexões do *Diario*, e citou a seguinte passagem da nossa folha official:—«A administração actual acceitou o programma que S. M. na sua alta sabedoria formulou.» A linguagem é a mesma, e ainda n'estes ultimos dias vimos escriptas estas palavras:

—«S. M. o prometteu solemnemente;—o governo aceitou o *programma real* da proclamação de 6 de outubro.» (!!!)

Eis aqui o motivo do nosso proceder. Houve tempo em que foi um crime imputar qualquer acção ao rei—era quando os *programmas* eram dos seus ministros. Cada partido tinha o seu; hoje vemos pela primeira vez os *programmas* reaes.

Ora não ha *programma real* senão no governo absoluto. E nós aceitamos os factos porque não os podemos negar. O *Diario* falla na expansão da sua alma, declara os cabeças da conspiração, e nós que não respeitamos o rei absoluto nem o conspirador, retiramos-lhe a inviolabilidade que elle rejeitou quando se decidiu a fazer *programmas*.

O *Espectro* será logico. A inviolabilidade de D. Maria é a de D. Miguel e Carlos X. Os exemplos são modernos.

E não chamem a isto regicídio. Um exemplo é um aviso. Tambem o rei pelo seu *Diario* cita ao conde das Antas o exemplo de Miguel Augusto. Será o rei por isto um assassino? Proclamará o *Diario* por este facto o homicídio?

Seja o que fôr— as nossas palavras teem o sentido das da folha d'el-rei Fernando II d'esse rei que nem o Saldanha ousou citar no seu officio— fallou em Manoel, Affonsos, Sanchos e Joões, mas calou os Fernandos e as Marias! E calou bem!

Tivemos noticias do Porto. N'uma carta de 30 de dezembro se lê o seguinte:

«Foram na verdade desgraçados os acontecimentos de Torres Vedras, mas não deixaram de ser gloriosos para as forças do conde de Bomfim, e para elle que se mostrou digno de melhor sorte. Aqui contava-se com uma victoria decisiva e devia contar-se com ella: se o conde das Antas tivesse podido secundar aquelle general ou reunir-se-lhe, a causa da liberdade teria tido o mais completo triumpho; não aconteceu assim; terá em consequencia de prolongar-se a lucta entre a nação e a côrte, mas essa côrte é miseravel, essa meia duzia de facciosos e corrompidos ha de succumbir; desgraçadamente já não succumbe sem ter sacrificado a rainha á sua ambição e ao seu ventre.

«A derrota que soffreu o conde de Bomfim foi na verdade um grande golpe, que aqui produziu a sensação que era de esperar, porém elle não abateu os animos, pelo contrario exaltou-os, e fez desenvolver a maior energia e patriotismo, de modo que em pouco tempo não só se terá reparado o perdido, mas se terá ganho muito mais em força armada e em recursos.

«A junta vai proclamando á nação e convidando-a a que se levante em massa contra os seus oppressores.

«Estes ultimos dias tem entrado aqui grande numero de recrutas; hontem entraram 200, além de 50 soldados que vieram da Guarda, d'onde estão em marcha para aqui mais 400 mancebos. Brevemente podem d'aqui sahir para o exercito de operações 6:000 homens bem fardados e disciplinados. Alguns dos corpos teem crescido tanto que se vão dividir em dois, que ainda serão numerosos, e vão ainda crear-se outros de infantaria e caçadores.

«O conde das Antas está hoje em Coimbra, onde se lhe tem reunido uma parte da divisão do conde de Bomfim. Tinham ali chegado muitos soldados do 5 de caçadores, e a maior parte dos do batalhão do Jaime. Com estes reforços, com as forças de Coimbra, e com as do Cesar, e as mais que ali se reúnem de diferentes partes, o conde das Antas terá já hoje seis mil homens.

«O Porto está inexpugnável.

«O Casal retirou para Braga. Um alferes do 15, e alguns sargentos e soldados do 3 entregaram-se-nos. Na entrada d'aquella cidade soffreu aquelle ex-general grande perda. N'um papel que lá se imprime, e do qual é redactor o Anthero, filho do Albano (o Europeu), confessa elle que teve 40 homens fóra do combate; mas perdeu mais segundo as informações recebidas. Hontem corria que elle se dirigia a Valença, que se acha guarnecida por gente do governo de Lisboa, em consequencia da traição do governador, e pelo favor do governo de Hespanha, que deixou passar essa gente armada pelo seu territorio.

«O Minho está levantado. N'umas partes proclama-se D. Miguel, n'outras proclama-se a junta do Porto, e em todas se declara guerra ao governo de Lisboa e Casal.

«Os migueis mais esturrados querem D. Miguel tão absoluto como foi; outros querem-no constitucional; outros não querem nem D. Miguel nem a rainha, porque só abandonando os partidos as bandeiras que os desuniram, podem elles unir-se em proveito da nação contra o inimigo commum.

«O grande partido constitucional, a quem a rainha declarou a guerra, declarando que obedece á junta do Porto, manifesta que quer a rainha, e admite que ella é coagida a hostilizar a nação e a governar como absoluta.

«N'esta diversidade de opiniões e de vontades a nação lucta toda contra o governo da rainha, que tem com difficuldade o terreno occupado pelos seus soldados. A consequencia é que esse governo tem de succumbir, e quanto mais a lucta se prolongar, mais eu vejo arriscada a corôa da rainha. Vejo com magua que a rainha tem perdido todas as affeições e continua a caminhar para o precipicio. Ninguem se quer submeter á rainha rodeada dos homens que hoje a aconselham, e que fazem esquecer pelos seus actos os dos ministros de D. Miguel.

«O mau passo que a corôa deu em 6 de outubro ha de ser funesto para ella (oxalá que eu me engane) e já o tem sido muito para o paiz, que tem feito penosos sacrificios e ha de fazer todos os que forem necessarios, quaesquer que elles sejam, até se libertar do jugo, e da tyrannia que o opprime, e que o esmagaria de todo se não triumphasse dos seus oppressores.

«A guerra civil que devasta o paiz é obra dos conspiradores que levaram a rainha a dar aquelle passo fatal; são elles os responsaveis por todas as suas consequencias, são elles por isso os que se empenham em prolanga-la.

«As tropas do Casal teem feito atrocidades de que não ha exemplo entre nós e o seu governo ou as approva ou as ordena! Por onde passam devastam tudo; roubam e assassinam sem distincção. O Casal conhece os máus effeitos d'esta licença, e d'este vandalismo, mas creio que não póde já conter a soldadesca. Dizem que em Braga a quizera conter mas debalde.

«Não digo mais porque a malla está para sahir.»

Appareceu uma circular do governo civil que excede tudo o que ha de estúpido na historia do commercio. Queixa-se do despresó que a capital faz das notas do banco, e quer que todos recebam como metal um papel depreciado, que o banco não paga, nem hade pagar, nem quer pagar, nem tem com que pagar ajuda quando o quizesse fazer.

Todas estas providencias são o resultado do programma de rapina que a administração adoptou.— Para pagar aos filhos predilectos da conspiração arranjam metal, para o publico dão-lhe papel.

O banco emprestou ao governo trezentos contos. O Saldanha manda que todos recebam as notas, mas para o exercito exige prata. O governo descontou, e perdeu; e a final pediu ao banco a differença do cambio allegando que os trezentos contos deviam ser realisaveis e não o foram. O banco deu a differença.

Ora os particulares seguem a jurisprudencia do banco. Quando justam as fazendas é por um preço realisavel, e como as notas o não são, exigem a differença.

Mas para que tantos commentarios? Ahi vai a circular que é obra primorosa. Por ella fica sabendo o publico o estado das nossas cousas. E' assim:

«Governo civil de Lisboa.—Primeira reparição.—Circular n.º 148.—III.º sr.—Constando a s. ex.ª o sr. governador civil que apesar das providencias e medidas consignadas na circular de 7 do corrente, publicada no *Diario do Governo* n.º 292, ácerca do curso forçado das notas do banco de Lisboa como moeda corrente n'estes reinos, continuam alguns vende-

dores de generos e mercadorias a exigirem em metal o pagamento dos respectivos preços ou os estabelecem maiores ou menores conforme a especie de moeda em que se lhes offerece o seu pagamento, vindo assim um tão escandaloso abuso perpetrado em menoscabo da lei, e da referida circular explicatoria, a ficar impune contra o disposto no artigo 2.º do decreto de 14 de novembro ultimo; e querendo s. ex.ª que v. s.ª, pela parte que lhe toca, e pela dos empregados seus subalternos, dê o mais prompto e inteiro cumprimento ás citadas prescripções, encarrega-me de lhe dizer que sem perda de um momento, e não obstante a publicação a que se houver procedido dos artigos comminatorios do referido decreto, e para execução da mesma circular, faça v. s.ª intimar pessoalmente pelos respectivos regedores ou cabos de policia todos os donos de lojas, armazens, e casas de vendas estabelecidas no districto da administração a seu cargo, quaes as penas em que incorrem, e que lhes serão infallivelmente impostas, se contra o disposto na lei recusarem acceitar como moeda corrente pelo seu valor nominal as notas do banco de Lisboa que lhes forem dadas em pagamento do preço das transacções que fizerem: e para que de taes intimações haja perfeito conhecimento deverão os regedores ou cabos que as fizerem exigir dos intimados a declaração rubricada com a sua assignatura no mandado de intimação, que ficam scientes do seu objecto, e sujeitos por isso ás penas da lei de 16 de novembro ultimo, quando se prove que são a ella refractarios: e d'esta declaração v. s.ª enviará uma cópia a este governo civil, archivando o original para ser opportunamente relaxada ao contencioso quando haja alguma queixa fundamentada. Deus guarde a v. s.ª — Lisboa, 29 de dezembro de 1846.—O secretario geral, *Antonio Dias de Azevedo*.—III.º sr. administrador do bairro de...»

Esta circular val mais para nós do que se gahnassemos a batalha de Torres Vedras.

O *Diario* fez o inventario do anno findo, ou antes de 26 annos decorridos desde que entre nós raiou a liberdade. Eis aqui o contheudo de algumas deixas segundo o orgão official:

«Eis-aqui em ligeiro bosquejo o estado em que nos deixa o anno de 1846.

Sem commercio, sem artes, sem agricultura, sem auctoridades, sem lei, sem segurança, sem propriedade, sem paz, sem ordem, sem meios, sem credito; derramando-se sangue, perdendo-se vidas, amontoando-se o numero dos desgraçados (!!!)»

O bosquejo é feito pelo orgão da côrte: não é o *Espectro* que faz esta pintura, é o eunucho, das necessidades, é o limpa-botas do Saldanha. Ainda bem que confessam á face da Europa

que estão sem auctoridade, sem meios, sem credito, sem segurança, e sem commercio! Ainda bem! e podiam acrescentar que estão igualmente sem honra e sem vergonha!

O inventario foi bem feito. Não o impugnamos. Agora vejamos a razão de tudo isso.

A côrte pelo seu orgão attribue todos estes males á liberdade—são o fructo de 26 annos de luctas civis, e por isso suspira, chora, brada pelos felizes tempos dos inaufereveis. Eis aqui como o *Diario* nos conduz a esses tempos ditos. Ouviu-o:

«Eramos uma nação n'esse dia glorioso (1820) e hoje somos uns cahos de parcialidades, que procuramos devorar-nos como leões famintos de carniceria!

«Eramos virtuosos, porque os nossos votos eram pela patria,—e hoje escandalisamos a virtude que immolamos ao malvado egoismo, traido com gallas seductoras, mas nem por isso menos hediondo.»

Isto diz tudo. A confissão de que o governo escandalisa a virtude ahi fica consignada, mas a consequencia que d'ahi se deve tirar não é que o governo deve proclamar os inaufereveis, e pôr as cousas como antes de 1820, a consequencia é que uma administração que escandalisa a virtude, que é egoista hedionda, com gallas seductoras deve morrer, e ser substituida por outra que honre a virtude, puna o crime e não sffronte a moral.

E quem dissera que o *Diario* havia de encetar o anno de 1847 com similhante invocação? Quem dissera que esse Fernando se havia de embonecar e a seus filhos para chorar pelas cebolas do Egypto? Do Saldanha não nos admiramos nós; que já em 1820 deu couces no laço

azul e branco, nem do Sousa Azevedo que foi collega do padre Lagosta, nem do Farinho que acclamou D. Miguel, nem do D. Manuel de Portugal que é dos convencionados de Evora Monte, e que todos perseguem hoje liberaes e realistas honrados como então perseguiam os constitucionaes; mas admiramo-nos do marido da rainha que se devia lembrar que o acto que a proclamar absoluta é o da sua abdicção.

Mas para que nos havemos nós de admirar d'isto? Se ha principe inteiramente idiota é este D. Fernando. Basta um facto para o qualificar. Ouviu fallar em poços artesianos, e cuidou que eram como a vara de Moysés que tirava agua dos rochedos, ou que a fazia borbulhar aonde não a houvesse. Sahiu com o Dietz, parou no largo de S. Paulo, e ordenou que se abrisse n'aquelle sitio um poço artesiano. Toda a gente disse que alli não havia agua, mas os dous allemães teimavam que era essa a virtude d'aquelles poços:—tirar agua d'onde não a havia.

O povo riu-se, e esperou. O visconde de Porto Covo já havia feito uma proposta para que o largo de S. Paulo e o poço se chamassem de D. Fernando. Mas não appareceu agua, e os charlatães ficaram assobiados e conhecidos como taes.

Ora d'um talento d'estes que se póde esperar?

Que os miguelistas queiram proclamar um homem póde ser um sentimento de gratidão, um acto de pundonor, posto que seja um grande erro politico, mas que o marido de uma rainha revolucionaria e constitucional queira o despotismo é uma tollice desmarcada, é um contra-senso, é uma vergonha.